

Angola no Atlântico Sul: a lacuna da política externa para a CPLP (2002-2020)

Angola in the South Atlantic: the foreign policy gap for the CPLP (2002-2020)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.123171>

Nathaly Silva Xavier Schütz

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento, Brasil

nathalyschutz@unipampa.edu.br  

Resumo

Angola, depois do encerramento da Guerra Civil em 2002, ascende como um importante polo de poder no Continente Africano. Nesse contexto, o Atlântico Sul apresenta-se como um importante ambiente de interação regional e global. Da mesma forma, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um fórum de cooperação regional que tem no mar um dos seus fatores de aglutinação. Apesar disso, Angola não atua com protagonismo na Comunidade. A questão que norteia essa pesquisa é como a participação de Angola na CPLP pode ser um instrumento de sua projeção regional. Parte-se do pressuposto que as dificuldades de Angola de estruturar uma política marítima impactam negativamente no seu papel dentro da Comunidade. O objetivo geral do artigo é analisar a política externa de Angola pós-Guerra Civil, em especial nas questões do Atlântico Sul e da participação na CPLP, no tocante a sua projeção regional. A pesquisa é qualitativa, com método hipotético-dedutivo, com abordagem histórica e comparativa; para tanto, será empregada pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que as falhas na política angolana e as dificuldades institucionais da CPLP dificultam a participação de Angola na Comunidade.

Palavras-chave: Angola; Atlântico Sul; CPLP.

Abstract

Angola, after the end of the Civil War in 2002, rises as an important pole of power on the African Continent. In this context, the South Atlantic presents itself as an important environment for regional and global interaction. Likewise, the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP) is a regional cooperation forum that has the sea as one of its unifying factors. Despite this, Angola does not play a leading role in the Community. The question that guides this research is how Angola's participation in the CPLP could be an instrument of its regional projection. It is assumed that Angola's difficulties in structuring a maritime policy have a negative impact on its role within the Community. The general objective of the article is to analyze Angola's post-Civil War foreign policy, especially in the South Atlantic issues and participation in the CPLP, with regard to its regional projection. The research is qualitative, with a hypothetical-deductive method, with a historical and comparative approach; for that, bibliographic and documental research will be used. It is concluded that the flaws in Angolan politics and the institutional difficulties of the CPLP make it difficult for Angola to participate in the Community.

Keywords: Angola; South Atlantic; CPLP.

Recebido: 25 Março 2022

Aceito: 30 Junho 2022

Conflitos de interesse: A autora não reportou potenciais conflitos de interesse



Introdução

Angola é um país posicionado em uma região de grande relevância para a geopolítica africana e do sul global como um todo. Localizado na África Austral, com uma costa de 1.600 km banhada pelo Atlântico Sul, um território de 1.246.700 km² e uma população de quase 33 milhões de habitantes (WORLD BANK, 2020), Angola figura como um dos Estados centrais na compreensão, não só das relações africanas, mas também da África com o resto do mundo.

Com um longo histórico de conflito em seu território – mais de 40 anos se somadas a guerra de libertação e a subsequente guerra civil – Angola já está pacificada há duas décadas. Evidentemente, o país ainda enfrenta dificuldades do seu processo de reconstrução e estabilização político-econômico; ainda assim, já se posiciona como uma importante força militar e liderança política na região.

A nova conjuntura doméstica angolana também se reflete em uma nova política externa. Sem a preocupação maior de se manter no poder, o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) pode reorganizar suas prioridades e visar uma maior inserção regional e global. Nesse contexto, a importância do Atlântico Sul como ambiente de interação estratégica e projeção de poder fica cada vez mais evidente e configura-se como um dos temas de maior relevância na nova política externa de Luanda.

Da mesma forma, os arranjos multilaterais e a cooperação no âmbito da defesa também surgem como agendas prioritárias na atuação externa de Angola. Em uma interseção entre o Atlântico Sul e a multilateralidade tem-se, pelo menos, três organizações importantes: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Enquanto a atuação de Angola na ZOPACAS e na CGG é notória pelo papel de liderança, suas ações na CPLP, em especial no tocante a política de defesa marítima, não apresentam o mesmo impacto e relevância.

A problemática que guia a presente pesquisa, assim, é como a participação de Angola na CPLP, em especial na cooperação em defesa, pode ser um instrumento na sua política externa de projeção regional. A política externa angolana foi remodelada nos últimos anos, especialmente após o encerramento da guerra civil (2002), e visa uma projeção regional. Nesse sentido, a participação em organismos multilaterais é um instrumento importante de construção da imagem e da legitimidade internacional. Da mesma forma, considerando a posição geopolítica de país, a projeção de poder marítimo deve ser um componente central na sua política externa. Entende-se, assim, que as dificuldades em reformular a marinha e estruturar o aspecto marítimo das políticas de defesa e externa impactam negativamente na participação de Angola na CPLP.

O objetivo geral do artigo é analisar as mudanças da política externa angolana nas últimas duas décadas, em específico o papel que o Atlântico Sul e a participação na CPLP desempenham na sua projeção regional. Adicionalmente, espera-se compreender as evoluções das questões de defesa dentro da CPLP e a participação de Angola nesta. Será feita uma pesquisa qualitativa, utilizando o método hipotético-dedutivo, com procedimental histórico e comparativo. Para tanto, será empregada a pesquisa bibliográfica e documental.

Para compreender as mudanças na política externa angolana, antes, é necessário definir política externa. Tal conceito é amplamente discutido na literatura e, por certo, pode ser objeto de profundas análises. Para os fins desse trabalho, interessa, em especial, a compreensão da influência dos fatores domésticos na política externa e da relação desta com a política de defesa.

Política externa, assim, pode ser definida como “[...] o conjunto de relações exteriores oficiais conduzidas por um ator independente (normalmente um Estado) nas relações internacionais (HILL, 2003, p. 3, tradução nossa)”¹. Ou seja, não é um fato isolado, mas um conjunto de ações e relações. Ações essas que não são decididas livremente, já que sofrem influência de diversos fatores.

¹ Traduzido no original: “[...] *the sum of official external relations conducted by an independent actor (usually a state) in international relations*”.

Hill (2003) afirma que constrangimentos históricos, os próprios objetivos da política externa e os aspectos da política interna são os principais fatores que influenciam a formulação da política externa. Sobre o ambiente doméstico em específico, é importante lembrar que um dos aspectos mais determinantes é a própria estrutura constitucional do país e o equilíbrio entre os poderes – executivo, legislativo e judiciário.

Sobre esse conjunto de fatores, Bembe (2016) destaca que a política externa é determinada por duas grandes dimensões. A primeira é a disponibilidade de recursos, ou seja, o poder disponível do Estado para ser projetado. A outra dimensão é a própria conjuntura, ou seja, o poder possuído pelos outros Estados e os seus próprios objetivos.

Há, ainda, que se considerar que grandes mudanças domésticas, como revoluções e guerras civis, como é o caso do objeto de análise dessa pesquisa, terão um impacto ainda maior na política externa do que as questões domésticas habituais. Sobre isso, Halliday (1999) destaca o papel de grande relevância das revoluções nas relações internacionais, por serem movimentos que transbordam as fronteiras, refletindo, por exemplo, nas alianças entre os Estados, que podem ser modificadas para evitá-la ou conte-la. Hill (2003) acrescenta, ainda, que revoluções ou guerras civis também podem enfraquecer a credibilidade externa do país, especialmente no caso de países menores.

No caso específico de Angola, o ponto de inflexão não é propriamente a revolução ou a guerra civil, mas o encerramento desta. Assim, tem-se uma mudança doméstica de grandes proporções que impacta a formulação da política externa do país, seja pelas novas condições materiais – maior disponibilidade de recursos econômicos, tanto pelo redimensionamento interno quanto pelas novas parcerias no âmbito da Cooperação Sul-Sul e militares – seja pela possibilidade de um novo posicionamento nas relações regionais.

Ao tratar da inserção angolana, em especial no Atlântico Sul, não se pode olvidar que não é apenas uma questão de política externa, mas também de política de defesa. Do ponto de vista acadêmico-teórico, as relações entre política externa e política de defesa são bastante claras: a análise da atuação internacional do país está, indiscutivelmente, ligada à compreensão da sua capacidade de garantir a sua segurança, própria e da região (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

Aron (2002, p. 52) já evidenciava essa relação, em sua clássica simbologia do diplomata e do soldado, afirmando que “O diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra.”. A política de defesa que, simplificada, pode ser compreendida como o planejamento e a estratégia de emprego das forças militares de um país, assim, está, naturalmente, atrelada à política externa.

Tendo em vista tais conceitos de política externa e política de defesa, bem como a relação existente entre eles e a importância destes para a compreensão da problemática já posta, é possível avançar na análise.

O presente artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Em um primeiro momento, será exposta as linhas gerais da política externa angolana nas últimas duas décadas. Em seguida, será analisado a importância do Atlântico Sul para as políticas externa e de defesa angolanas, bem como na sua projeção regional. Por fim, as ações angolanas na CPLP serão consideradas, visando identificar como essa participação articula-se ou não com as políticas anteriormente abordadas.

A nova política externa angolana

A política externa de um Estado, como já definido anteriormente, envolve os objetivos deste na arena internacional e está condicionada, não só pelo contexto externo, mas também por variáveis internas. Sendo assim, o encerramento da Guerra Civil, em 2002, foi determinante para o redimensionamento da política externa angolana.

Ainda que o marco temporal aqui determinado seja o início dos anos 2000, é possível compreender essa mudança dentro de um processo histórico mais amplo. Como mencionado por Hodges (2004, p. 199, tradução nossa),

Desde o início dos anos 1990, Angola tem, simultaneamente, tentado lidar com uma transição quádrupla: da guerra para a paz e a reconciliação; da emergência humanitária para a reabilitação, a

reconstrução e o desenvolvimento; de um sistema de governo autoritário e de partido único para uma democracia pluralista; e de uma economia controlada para uma economia baseada nas leis do mercado².

Tem-se, assim, uma variável sistêmica – o final da Guerra Fria – que impacta Angola internamente, e uma mudança doméstica – o encerramento da guerra civil – que também teve efeitos na sua inserção internacional. Duas décadas após ter pacificado seu território, Angola ainda avança em um processo de reorganização política e econômica.

É possível observar que, durante esse processo, a política externa angolana foi sofrendo modificações, ainda que apresente pontos de continuidade. Ao longo dos anos 90, a política externa, em especial para os vizinhos, foi determinada pela própria necessidade de sobrevivência do regime, já partir dos anos 2000, novos objetivos são adicionados à essa prioridade (CARVALHO; SCHUTZ, 2019).

Durante a guerra civil, o objetivo principal, se não o único, das ações externas do governo do MPLA era conter suas forças opositoras e os eventuais auxílios externos que recebiam. Com já mencionado, com o encerramento do conflito, Angola reorganiza sua inserção internacional, baseada, segundo, Malaquias (2011) na consideração das três esferas: doméstica, regional e internacional. No âmbito doméstico, o foco passou a ser a construção de bases sólidas para a atuação internacional, capazes de promover estabilidade política e rápido crescimento econômico. Regionalmente, há menos tensionamentos, tendo em vista o fim do *apartheid* na África do Sul, a queda de Mobuto na República Democrática do Congo e o retorno ao poder de Denis Sassou Nguesso no Congo-Brazzaville. No contexto internacional, a cooperação estratégica com a China ganha destaque, garantindo investimentos e mão-de-obra especializada, ambos fundamentais para a retomada do crescimento angolano.

Sobre essa nova etapa da política angolana, Bembe (2016) afirma que é um momento de mudanças políticas mais efetivas, com evidências de um fortalecimento democrático e um aprofundamento de relações bi e multilaterais, principalmente nos âmbitos de defesa e desenvolvimento, compartilhando a visão de Malaquias (2011). Tem-se, portanto, uma clara reorientação de Luanda no que tange a sua inserção externa e esta está, sem dúvida, ligada à sua nova situação política.

A relação entre o doméstico e o internacional em Angola, assim, é fundamental para compreender a sua política externa. Sobre isso, dois aspectos são importantes: a participação dos militares na formulação e execução da política externa e a preferência angolana no envolvimento em arranjos e acordos da área de defesa em detrimento daqueles da área econômica (CARVALHO; SCHUTZ, 2019).

Sobre a relação dos militares com a política externa angolana Castellano (2015, p. 160) afirma que:

Concomitantemente à dissolução da estrutura marxista-leninista do Estado e a perda relativa de espaço pelo partido, o presidente acabou adquirindo papel crescente, quase exclusivo na definição de política externa. O palácio Futungo de Belas recebia, contudo, inputs de atores relevantes. Enquanto o Ministério de Relações Exteriores enfrentava grandes dificuldades, com uma burocracia mal treinada e pouco efetiva, os militares acabaram angariando grande respeitabilidade na política externa. Trata-se de uma instituição nacional com grande capacidade e competência burocrática, adquiridas ao longo dos anos de investimento nas décadas de 1980 e 1990 (média de 25% do orçamento).

Ginga (2014) vai além, trazendo que ele chama de diplomacia securitária. No entendimento do autor, as Forças Armadas Angolanas (FAA) atuam como um importante suporte da política externa, especialmente se considerar-se a vinculação existente entre desenvolvimento e segurança. Um grande exemplo é a participação em operações de paz no Continente Africano, especialmente naquelas organizadas pela União Africana, evidenciando a sua contribuição na Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA).

² Traduzido no original: “*Since the early 1990s, Angola has been simultaneously trying to grapple with a quadruple transition: from war to peace and reconciliation; from humanitarian emergency to rehabilitation, recovery and development; from an authoritarian, one-party system of governance to pluralist democracy; and from a command economy to an economy based on the laws of market*”.

A articulação esperada, entre política externa e política de defesa, desta forma, ganha características específicas em Angola. Isto porque as forças militares no país ocupam um papel de grande destaque, tanto na política interna, quanto na política externa, inclusive em sua formulação. Desta forma, ainda que não haja, necessariamente, uma formulação conjunta dessas duas políticas, na prática, elas ainda estarão relacionadas.

Já no tocante à preferência por acordos na área de segurança e defesa, cabe ponderar que Angola é reticente em participar de acordos econômicos, em parte, devido às necessidades de adequar suas políticas domésticas a aspectos mais amplos de desenvolvimento socioeconômico (ROQUE, 2013). Isso não significa que a questão econômica não seja prioridade na política externa. Como destaca Ginga (2014, p. 113):

A partir de 2002, Angola ganhou um maior protagonismo e visibilidade na promoção dos seus interesses no plano internacional, designadamente a nível regional e continental, graças também à diminuição dos esforços de guerra, preocupando-se assim com o desenvolvimento socioeconômico do país, como principal objetivo do Estado. Como resultado, nunca antes a diplomacia econômica tinha assumido um papel de tão grande relevância, enquanto vetor essencial da política externa angolana, tal como é hoje.

Ou seja, a questão do desenvolvimento econômico é, de fato, central na política externa angolana, até porque, está intimamente ligada com o redimensionamento sofrido em função da mudança de contexto doméstico. No tocante aos mecanismos utilizados, todavia, há uma preferência por tratativas pontuais ao invés de mecanismos permanentes de cooperação.

Do ponto de vista conjuntural, a atuação externa Angola pós-guerra civil encontra um contexto favorável à sua projeção, em especial regionalmente. Internamente, ainda que Luanda precise lidar com a reconstrução e a estabilização da pacificação, o fim do conflito permite que esforços – políticos e econômicos – sejam redirecionados. Analisando esse novo contexto, Roque (2013) afirma que, atualmente, a política externa angolana tem três grandes objetivos: a sobrevivência do regime; o aumento da influência regional e internacionalmente; e o posicionamento como modelo de construção do Estado combinado com pragmatismo econômico.

A ampliação da influência regional de Angola está diretamente relacionada com sua política externa, mas também com sua política de defesa, especialmente se considerar-se o seu posicionamento geopolítico, seja da sua costa no Atlântico Sul, seja das suas fronteiras terrestres com os vizinhos. Soma-se a isso, a relação histórica que Luanda tem com os demais países da África Austral, que data do período de descolônização e do apoio mútuo dos movimentos de libertação no contexto da luta contra Portugal e contra os regimes de minoria branca – Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e África do Sul – durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

É forçoso mencionar que, apesar das tensões históricas, atualmente, Angola e África do Sul mantêm relações importantes, ainda que oscilem em períodos de maior distanciamento, como durante o Governo Mbeki na África do Sul, e outros de maior aproximação, na gestão sul-africana de Jacob Zuma, por exemplo. Há, inclusive, uma reaproximação entre nas questões de defesa e segurança, marcada pela assinatura, em 2012, de um acordo de cooperação bilateral em matéria de defesa, prevendo cooperação em áreas como treinamento militar e indústria de defesa (ROQUE, 2013).

De um modo geral, Luanda, atualmente, lida com um ambiente regional muito mais favorável e pacífico do que no século passado (CASTELLANO, 2015). Além disso, como lembra Ginga (2020), a partir da eleição de João Lourenço, em 2017, a política externa ganhou um novo status nas ações de Luanda, buscando uma aproximação com polos de poder internacionais e um maior protagonismo na resolução das tensões na África Austral e Central.

Sendo assim, a construção da imagem do país, principalmente entre seus vizinhos, também é uma preocupação da política externa angolana. Angola tem, ao contrário da África do Sul, um acumulado histórico de liderança e solidariedade anticolonial, o que garante aos seus líderes a possibilidade de projetar uma imagem de porta-voz africana com maior aceitação e menor resistência do que sua vizinha mais ao sul. Segundo Roque (2013), durante o governo de Dos Santos, pode-se perceber a preocupação em reinventar a imagem do país no exterior, assim como ambição de se tornar um polo de poder na regional na África.

A política de defesa de Luanda também vai ao encontro desses objetivos de política externa. Plácido (2016) destaca que a política de defesa angolana articula as necessidades securitárias – integridade e soberania territorial – com as preocupações de desenvolvimento e de projeção regional. Mais especificamente sobre o contexto regional e a relação com a CPLP, Bernardino (2017, p. 177) afirma que: “Ele [o Governo Angolano] também acredita no potencial da CPLP para garantir a solidez das posições dos lusófonos, que poderiam controlar o Atlântico em um triângulo com Moçambique e África do Sul para exercer uma influência expressiva em toda a África Austral³”. Vale ressaltar que, em 2018, foi aprovado o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), que estabelece as linhas gerais da política de defesa angolana e faz parte da Política de Defesa Nacional (PDN).

A política externa angolana, assim como sua política de defesa, pode ser compreendida, desta forma, a partir de um conjunto de condicionantes gerais:

Portanto, atualmente, as coordenadas de base da política externa angolana resultam em termos gerais do facto de Angola ser uma nação africana, com uma identidade histórica e cultural partilhada com nações vizinhas, com uma condição geoestratégica particular decorrente da sua maritimidade e da localização no cruzamento regional entre as regiões central e austral do continente Africano, e como uma plataforma para a pacificação dos conflitos a nível dos Estados africanos (BEMBE, 2016, p. 27-28).

Almeida (2018, p. 180) corrobora a visão de Bembe (2016) e vai além, afirmando que

Angola emerge como a principal força estabilizadora do continente na região centro-africana e como um dos principais parceiros político econômico da África Austral; em particular com a reabertura do Caminho-de-ferro de Benguela (CFB) e a sua ligação entre o porto do Lobito e a fronteira leste, em Luau, até o Congo Democrático (RDC) e Zâmbia ou a projectada ligação à Namíbia, através da prorrogação do Caminho-de ferro de Moçâmedes (CFM), a partir do porto de Namibe.

Por outro lado, é importante considerar que, como lembra Castellano (2015), ainda que os recursos militares angolanos a credencie como uma potência regional emergente, a instabilidade de suas instituições internas ainda preocupa. Além disso, Luanda estaria adotando uma política excessivamente cautelosa nas ações regionais, intervindo, na maioria dos casos, apenas quando sua instabilidade interna estivesse ameaçada.

Há, portanto, dois aspectos que emergem com maior destaque quando se fala das políticas externa e de defesa angolana: a sua localização geográfica e a sua postura de liderança. O posicionamento geopolítico de Angola, em especial a sua maritimidade, e o seu impacto na política externa, estão diretamente relacionados com o papel do Atlântico Sul na inserção regional e internacional do país, o que será analisado na próxima seção.

O Atlântico Sul na política externa angolana

Como uma zona de confluência entre os interesses bilaterais e multilaterais angolanos, aparece o Atlântico Sul. A área entendida como o Atlântico Sul compreende os litorais africano, brasileiro, uruguaio e argentino, percorrendo, do lado oriental desde o Senegal até a África do Sul, e no ocidental, do nordeste brasileiro ao extremo sul da Argentina.

A relevância do Atlântico Sul como ponto estratégico para a política angolana já estava clara desde o período da guerra civil, já que era uma das principais rotas de auxílio dos aliados do MPLA. Além disso, como lembra Pereira (2013), a partir dos anos 1970, com a crise do petróleo, há um redimensionamento da importância estratégica desse Oceano, especialmente no tocante aos seus recursos naturais. Com o final da Guerra Fria, o Atlântico Sul ganha uma nova dimensão no contexto internacional devido, principalmente, consoante Penha (2011) à disputa pelo controle de recursos e da produção petrolífera *off-shore*.

³ Traduzido no original: “It [the Angolan government] also had faith in the CPLP’s potential for ensuring the solidity of Portuguese-speakers’ positions, which could control the Atlantic in a triangle with Mozambique and South Africa to wield considerable influence throughout southern Africa”.

Para Pegado (2014), atualmente, o Atlântico Sul destaca-se como um ponto estratégico de comércio, além das reservas petrolíferas, em especial do litoral brasileiro e do Golfo da Guiné. Ginga (2020, p. 544) vai além ao afirmar que:

A geopolítica de Angola é fortemente influenciada pela sua proximidade ao Oceano, razão pela qual a dimensão concreta do ‘mar angolano’, a localização no Atlântico Sul e a dependência quase que absoluta de Angola relativamente aos ativos do mar, por si só, justificam uma maior aposta nos seus domínios, bem como na reconversão das suas cadeias de valor, em que se espera uma maior relevância do mar no quadro da PEA.

Plácido (2016) lembra que Angola tem a sexta maior Zona Econômica Exclusiva do Atlântico Sul e que, além dos recursos econômicos já mencionados, também depende das rotas marítimas da região para escoar a sua produção. É importante mencionar, também, que o país possui cinco portos na região: Cabinda, Lobito, Luanda, Namibe e Soyo; e que tais portos são importantes alternativas aos portos sul-africanos para o escoamento de produção dos países da região e, portanto, um instrumento de poder econômico com os vizinhos (SCHOLVIN, 2017).

Nesse sentido, Angola teria uma necessidade inerente em manter a segurança da região, ampliando mecanismos de monitoramento e defendendo as linhas de comunicação e de comércio marítimos (PLÁCIDO, 2016). Deve-se lembrar, além disso, que a defesa marítima, como ressalta Antonio (2018), é fundamental para a promoção do desenvolvimento, considerando todos os recursos envolvidos. Para Pegado (2014, p. 174): “No caso angolano, dada a dimensão do território, e as potencialidades e ameaças fronteiriças a que está sujeito, a Marinha de Guerra é tão estratégica quanto as Forças Armadas”.

Ainda sobre o aspecto econômico, deve-se ressaltar, além dos recursos presentes no próprio Oceano Atlântico, muitos dos demais recursos naturais angolanos concentram-se na região litorânea, entre a região de Cabinda e Cunene (PEGADO, 2014). É evidente, portanto, que a Marinha Angolana é um ator central na projeção de poder do país no Atlântico Sul.

A importância da Marinha, contudo, não se reflete, necessariamente, em um protagonismo desta na política de defesa e na política externa. Consoante Plácido (2016), historicamente, o foco da política de defesa foram as forças terrestres e áreas, o que se explica pelas próprias características da guerra civil. Deve-se ter em mente que, durante muitas décadas, o principal inimigo angolano era interno e, portanto, não se percebia ameaças vindas da fronteira marítima.

Para Ginga (2020), as dificuldades de estruturar a Marinha e uma política de defesa marítima envolve um aspecto histórico mais abrangente, que ele denomina como “falta de vocação marítima generalizadas dos angolanos”. Segundo o autor, isso estaria contribuindo para a ausência de um conceito estratégico centrado no mar e, por consequência, dificultando o alcance dos objetivos de política externa e de defesa.

Assim como a política externa e de defesa, as Forças Armadas Angolanas também necessitaram adaptarem-se a uma nova realidade com o encerramento da guerra civil em 2002. Nesse contexto, a Marinha de Guerra Angolana (MGA) iniciou, nesse período, uma readequação e modernização de suas funções e práticas. Há, portanto, um esforço claro de fortalecimento dessa força armada, ainda que seja necessário a continuidade desse processo.

Para Pegado (2014), por exemplo, a MGA destaca-se entre as demais forças navais africanas da CPLP, tendo em vista a ampliação de recursos, de contingente e o investimento em treinamento. A autora ressalta, inclusive, a cooperação estreita com a Marinha Sul-Africana, vista como referência, juntamente com a da Namíbia, na região. Outro esforço importante foi, em 2012, o lançamento de um plano de modernização da MGA, com duração de dez anos.

Ainda assim, a Marinha não ocupa plenamente o lugar de destaque que poderia ter na política externa e de defesa angolana. De acordo com Ginga (2014) ainda há uma falta de articulação entre a política de defesa e a política externa no que tange à segurança marítima. Isso se refletiria, inclusive, na participação em foros de cooperação multilaterais, como é o caso da CPLP.

A análise do posicionamento geopolítico de Angola, assim, leva a um contraste. Se, por um lado, há um reconhecimento da importância do Atlântico do Sul e da questão marítima para a sua inserção regional e internacional,

por outro, constata-se a ausência de uma política externa e de defesa com uma visão estratégica do componente marítimo, bem como recursos materiais inferiores ao necessário para uma Marinha dessa importância. Nessa encruzilhada encontra-se a participação na CPLP.

Angola e a CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, incluindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe⁴. Sua origem, contudo, remonta a década de 1980, quando acontece o primeiro encontro entre os Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa⁵, na qual se reforça a defesa da necessidade de criar um âmbito de cooperação permanente entre os Estados, o que já vinha sendo defendido, e se cria o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Já nos anos 1990, acontecem encontros entre representantes dos Ministérios Exteriores, com o intuito de planejar a criação da organização, com a criação de grupos de trabalho. Um novo encontro de Chefes de Estado e de Governo acontece em 1995, no qual se decidem a fundação da organização para o ano seguinte e as últimas etapas de preparo para tal.

Em seu ato constitutivo, ainda que não se fale, especificamente, em questões de defesa, os membros da CPLP acordam em “alargar a cooperação entre seus Países na área de concertação político-diplomática” (CPLP, 1996). Como será visto mais adiante, é apenas em 2001 que se institucionaliza a questão de defesa e segurança entre os objetivos da comunidade (AGUIRRE, 2020).

Angola tem uma participação expressiva na CPLP, refletindo a importância dadas para a multilateralidade dentro da política externa angolana. O país, inclusive, assumiu em 2021 a Presidência da Comunidade, atuando de maneira bastante relevante na promoção da cooperação entre os membros e ressaltando a importância desses laços culturais, políticos e econômicos (VASCO, 2020).

Ainda assim, Brasil e Portugal, devido as suas capacidades políticas e econômicas, tendem a centralizar o papel de destaque na CPLP; Angola, apesar da proeminência em relação aos demais Estados africanos, ainda não consegue fazer frente a eles. As ações mais significativas de Luanda na Comunidade se dariam quando algum interesse direto do país estaria envolvido. Seria o caso, por exemplo, das crises em São Tomé e Príncipe e em Guiné-Bissau (ALMEIDA, 2009).

A participação de Angola em organizações multilaterais, como já foi mencionado, é uma característica da sua política externa, em especial no trato de questões de defesa e segurança. Sobre o âmbito marítimo, mas especificamente, Gínga (2014, p. 132) destaca que “as dinâmicas marítimas de Angola devem depender não só de lógicas locais, mas também das lógicas regionais e globais” e que, portanto,

se torna fundamental continuar a aproveitar a sua inserção nas organizações e comunidades internacionais por forma a permitir uma melhor resolução dos problemas do seu interesse, não apenas numa perspectiva de desenvolvimento mas também na intenção de uma maior afirmação no contexto internacional.

Antônio (2018) vê a CPLP como um ambiente favorável e vantajoso – se comparado a outros fóruns multilaterais – para a cooperação no âmbito da defesa marítima, tendo em vista a sua abrangência e variedade de Estados membros, situados em diversos Continentes e Oceanos. Rizzi e Bernardino (2019) compartilham a visão, afirmando que o mar é, junto com o idioma, o vetor que une esses países em torno de interesses comuns e que o Atlântico Sul, em especial, abarca seis dos nove membros da CPLP.

⁴ Depois disso, ingressaram Timor Leste em 2002 e Guiné Equatorial em 2014, totalizando 9 membros.

⁵ O encontro aconteceu em novembro de 1989, em São Luís do Maranhão, Brasil e contou com a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe.

É na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2002, que as áreas de cooperação são ampliadas, como uma revisão do Estatuto, e o âmbito da defesa é incluído (RIZZI; BERNARDINO, 2019). Em setembro de 2006, é assinado o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (CPLP, 2006), que visa: (i) propiciar um ambiente institucionalizado de troca de conhecimentos em matéria militar; (ii) promover uma política de cooperação comum em defesa; e (iii) auxiliar no desenvolvimento das capacidades internas, fortalecendo as Forças Militares dos Estados-membros. Além disso, o Protocolo também estabelece uma estrutura de órgãos, no âmbito da CPLP, no qual serão tratadas as questões de defesa de maneira permanente.

Quase uma década mais tarde, em 2015, é assinado o documento que ficou conhecido como Identidade da CPLP no Domínio de Defesa. A ideia era a adoção de algo mais amplo e norteador, que pudesse guiar as ações de cooperação (RIZZI; BERNARDINO, 2019).

Mais especificamente, no tocante às questões de defesa marítima, em 2008, é realizado o primeiro Simpósio das Marinhas da CPLP. Após a realização de alguns encontros, em 2015, foi regulamentada a Conferência das Marinhas da CPLP⁶, com o intuito de institucionalizar a cooperação na matéria, criando um órgão permanente específico dentro da Componente de Defesa da CPLP. Por fim, em 2010, é assinado o que fica conhecido como a Estratégia da CPLP para os Oceanos.

De acordo com Rizzi e Bernardino (2019), a Estratégia da CPLP para os Oceanos é a principal base para a cooperação marítima e um dos principais instrumentos de cooperação de toda a Comunidade, já que tem o mar como objeto, e é baseada nos conceitos de desenvolvimento sustentável e de gestão conjunta dos recursos marinhos.

Ainda assim, a segurança marítima continua sendo uma lacuna importante nas ações da Comunidade. Rizzi e Bernardino (2019, p. 213) afirmam que “a CPLP como comunidade marítima necessita de uma gestão sustentada dos seus recursos – aspecto que não tem sido desvalorizado pela organização, mas cuja evolução e progresso na presente conjuntura se tornam prementes a agilizar”.

Retoma-se, assim, a importância do Atlântico Sul para Angola e para a CPLP. Como destaca Bernardino (2020), o Oceano Atlântico é o coração da CPLP, um ambiente estratégico, com potencialidades de cooperação para os países lusófonos, especialmente no tocante à defesa.

De modo geral, a cooperação marítima tem avançado pouco no âmbito da Comunidade, concentrando-se muito, ainda, em ações bilaterais. É relevante mencionar que existe uma ampla gama de áreas na qual a cooperação marítima pode, e deve, desenvolver-se. Sobre isso, Bernardino (2011, p. 44):

Será eventualmente necessário falar-se em indústrias navais de defesa, em legislação marítima, em vigilância costeira e marítima, no patrulhamento dos mares, no combate à poluição marítima e na formação em áreas específicas, linhas de acção estratégica que servem o supracitado propósito do desenvolvimento e da capacitação das Forças Armadas, nomeadamente da componente naval, quer seja assente numa Guarda Costeira ou numa Marinha de Guerra.

Ginga (2014) menciona, inclusive, o que denomina diplomacia naval. Dentro desse espectro de ações, estariam incluídas as missões de presença naval simples, que seriam, entre outras coisas, visitas de boa vontade e missões de Cooperação Técnico-Militar, abarcando, assim, a participação na CPLP, por exemplo.

Mais especificamente sobre a atuação de Angola nas ações de cooperação em defesa na CPLP, de um modo geral, ela se concentra em tratativas bilaterais com outros membros, notadamente Portugal e Brasil. Obviamente, tal preferência é um reflexo das capacidades dos Estados, considerando que, comparativamente aos demais membros da Comunidade, Angola tem forças armadas superiores e mais desenvolvidas (PEGADO, 2014).

⁶ Segundo o documento, os objetivos da Conferência são: propiciar a troca de conhecimento em matéria naval, propiciar a cooperação no âmbito de segurança e defesa marítima e fortalecer as Marinhas dos Estados-membros. A Conferência tem previsão de reunir-se a cada dois anos.

Para Ginga (2014), a CPLP constitui-se um importante instrumento de afirmação internacional para Angola, especialmente no âmbito securitário. A cooperação com Portugal e Brasil, nesse contexto, seria de extrema importância, principalmente pela transferência de conhecimento e tecnologia, não só no setor de defesa, mas de questões marítimas como um todo.

Do ponto de vista das ações práticas, é imperativo mencionar que Angola sempre participa da Operação Felino, a qual configuram-se como uma das principais, se não a principal, atividade de cooperação de defesa da CPLP. A Operação Felino é realizada anualmente, desde 2000, e tem o intuito de preparar as forças armadas dos Estados-membros para atuação conjunta, em missões humanitárias, por exemplo. A Operação Felino de 2010, inclusive, foi sediada por Angola e configura-se um marco na sua participação da cooperação em defesa na CPLP, considerando as dimensões do exercício naquele ano (BERNARDINO, 2017).

Ao investigar participação de Angola em arranjos de cooperação multilateral no âmbito da defesa e, mais especificamente, na questão marítima, fica evidente que há uma prevalência de ações na ZOPACAS e na CGG em detrimento da CPLP⁷. Em parte, tal comportamento é fruto da própria estrutura da CPLP, que não nasce com o intuito de atuar na área de defesa, ainda que venha fortalecendo e institucionalizando esse tema. Por outro lado, Angola conseguiu projetar sua liderança com mais eficiência nos outros arranjos mencionados.

É forçoso mencionar que Angola está passando por uma reestruturação das suas forças de defesa. Consoante Camelo (2022), desde 2015, Luanda vem reduzindo seu percentual de gastos de defesa do PIB e o atual governo de Lourenço está conduzindo um processo de redimensionamento do Ministério de Defesa e de profissionalização das tropas. Da mesma forma, as mudanças também indicam um esforço em redirecionar as forças armadas angolanas para o exterior – o que agora é possível, considerando o contexto doméstico pacífico – e ampliar a cooperação internacional. Em 2021, inclusive, foi aprovada uma lei que regulamenta o envio de contingentes militares e forças militarizadas para o exterior.⁸

Há, portanto, pelo menos, dois processos em curso. Primeiro, um reconhecimento, por parte de Luanda, de que ainda são necessárias mudanças, tanto do ponto de vista estratégico quanto prático, das suas políticas externa e de defesa para que as potencialidades da sua posição no Atlântico Sul sejam exploradas. Segundo, a percepção, da CPLP, de que a cooperação em defesa e, mais especificamente, nas questões marítimas, necessita ser aprofundada e que mudanças institucionais são necessárias para isso. Ambos os processos têm impacto expressivo em como Angola poderá conduzir sua participação na Comunidade e como isso pode ser um importante instrumento de sua projeção regional.

Conclusões

A importância do Atlântico Sul, seja para a CPLP, seja para Angola é incontestável. O Oceano, junto com o idioma, é o grande fator aglutinador entre os Estados membros e representa, para a grande maioria deles, um lócus de recursos econômicos e de projeção de poder – bem como de ameaças e insegurança. Para Angola, sua maritimidade é uma característica central tanto no seu posicionamento regional quanto na sua inserção internacional, em especial, nas relações com os demais países do Sul.

Ao longo da pesquisa, é possível evidenciar que tanto a Comunidade quanto Angola reconhecem essa centralidade das questões marítimas e a importância que as políticas nessa área têm. Existem, contudo, lacunas importantes na formulação dessas políticas e na institucionalização dos âmbitos de cooperação.

Angola, como foi visto ao longo do artigo, está passando por um processo de reestruturação e reformulação, tanto das suas políticas externa e de defesa, quanto das próprias instituições, considerando que, domesticamente, o país ainda está se reconstruindo – política e economicamente – após as décadas de conflito. Dentro desse processo mais amplo, surge

⁷ Ainda que não sejam objeto de análise da presente pesquisa, é importante destacar a atuação de Angola nesses dois fóruns. Na ZOPACAS, Angola foi um dos países que articulou o processo de revitalização da organização, em 2007, após um período de quase uma década de inatividade. Já a CGG, tem sua sede em Luanda e o país é responsável pela coordenação das ações de vigilância em uma das quatro zonas que compõem a Comissão.

⁸ Lei 15/2021 (CAMELO, 2022).

a necessidade de estruturar uma política marítima mais adequada aos desafios e potencialidades do país, bem como fornecer melhores recursos para sua Marinha de Guerra.

Ter uma política adequada para as questões marítimas, tanto de segurança quanto econômicas, é um imperativo para Luanda, considerando sua posição geopolítica a dependência dos recursos marítimos e/ou relacionados a este. A importância do Atlântico Sul, contudo, vai além, se for considerada a possível ambição de Angola de se afirmar como polo de poder regional. Seu posicionamento no continente africano, que permite uma projeção tanto no centro da África quanto na África austral, seu histórico de cooperação e resistência anticolonial, e sua força militar expressiva são elementos que sustentam essa perspectiva. Não há como falar em liderança regional, todavia, sem uma projeção de poder efetiva no mar.

Dentro desse contexto, a participação e Angola em mecanismos de cooperação multilateral, em especial aqueles que envolvam a região do Atlântico Sul, como é o caso da CPLP, podem ser um instrumento importante na inserção angolana e sua consequente projeção de poder. Há que se ressaltar, contudo, que a própria Comunidade ainda está estruturando a cooperação nessa área, tendo em vista que os temas de defesa e segurança não estão na origem de sua fundação, mas foram incorporados ao longo do seu funcionamento.

Para Ginga (2014, p. 126) as dificuldades de Luanda de articular uma política marítima que abranja tanto a política externa quanto a de defesa, “compromete (m) o sucesso das ações militares da Marinha, prejudicando assim a visibilidade e o prestígio nacional e comprometendo a sua efetiva segurança”. Segundo o autor, em um contexto geopolítico e estratégico de participação em vários fóruns internacionais de segurança marítima – como é o caso da CPLP – essa articulação poderia resultar em afirmação e projeção internacional do país.

Sendo assim, considerando a análise feita, confirma-se parcialmente a hipótese de que as dificuldades angolanas de estruturar sua política de projeção de poder – tanto externa quanto de defesa – no Atlântico Sul impactem em um papel de maior protagonismo na CPLP. As falhas na sua política marítima, de fato, são uma variável relevante. Há, contudo, pelo menos mais uma variável, que se mostrou ao longo do desenvolvimento da pesquisa, que também deve ser considerada, qual seja, os próprios entraves da CPLP em promover a cooperação em defesa e, em especial, em defesa marítima.

É importante mencionar que, por exemplo, o próprio Protocolo de Defesa da CPLP impede algumas ações, tendo em vista que sua estrutura não é de um pacto de defesa mútua. Da mesma forma, a incorporação da Conferência das Marinhas dentro da estrutura institucional da CPLP também encontra dificuldades burocráticas. Há, assim, uma evidente necessidade de adequação, tanto política quanto institucional, para que a Comunidade possa atuar de maneira mais efetiva na segurança marítima da região.

O papel de Angola no Atlântico Sul é indiscutível, assim como a centralidade que este deve ocupar tanto em sua política de defesa quanto externa. Bernardino (2017, p. 302) destaca, inclusive, que “A participação na segurança regional aumentaria a visibilidade de Angola na região e demonstraria sua força militar como uma parte ativa da política externa do país e um mecanismo estrutural nas suas ações externas.” Não há dúvida, tampouco, da importância que os mecanismos de cooperação multilaterais, em especial a CPLP, têm nas relações externas do país, especialmente a partir do pós-Guerra Fria. A estruturação dessas políticas e o uso efetivo desses arranjos, contudo, ainda é um desafio a ser enfrentado por Angola.

⁹ Traduzido no original: “Participation in regional security would increase Angola’s visibility in the region and show its military forces as an active part of country’s foreign policy and a structural mechanism in its foreign action”.

Referências

- ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA, 2014.
- AGUIRRE, Lauriane. A Construção de uma Agenda de Segurança e Defesa na CPLP: o Brasil e a Operação Felino. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**. v.2, n.3, 2020/2. Disponível em: <<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/CRID/article/view/103411>>. Acessado em 20 de fevereiro de 2022.
- ALMEIDA, Eugênio Costa. O papel de Angola como vértice do eixo centro-austral de África: contributos para a segurança regional. **CesContexto**, nº20, abril 2018. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/index.php?id=19818>>. Acessado em 02 de março de 2022.
- ALMEIDA, Eugênio Costa. **A União Africana e a Emergência de Estados-Diretores no Continente Africano: o caso de Angola**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Relações Internacionais, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, 2009, 456p.
- ANTÔNIO, Valentin Alberto. O Poder Naval em Angola. 12 de fevereiro de 2018. **Revista de Marinha**. Disponível em <<https://revistademarinha.com/o-poder-naval-em-angola/>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2022.
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Ed. UnB/IPRI, 2002.
- BEMBE, Miguel Domingos. A Política Externa Angolana: Doutrina e prática. **Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais**, v.6, n.11, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/mulemba/1281>>. Acessado em 24 janeiro 2022.
- BERNARDINO, Luis Manuel Brás. **Uma Nova Visão Estratégica para a Cooperação na Área da Defesa na CPLP**. Centro de Estudos Internacionais/Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 26 de setembro de 2020.
- BERNARDINO, Luis Manuel Brás. A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia. **Nação e Defesa**, 2011, N.º128, 5ª série.
- BERNARDINO, Luis Manuel Brás. **Angola in the African Peace and Security Architecture: The strategic role of the Angolan Armed Forces**. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2017.
- CAMELO, Francisco Evandro Rodrigues. A Componente de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: atualidade e possibilidades para o futuro. Centro de Análise Estratégica/CPLP, janeiro 13, 2022. Disponível em: <<https://caecplp.org/publicacoes/a-componente-de-defesa-da-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-atualidade-e-possibilidades-para-o-futuro/>> Acessado em 10 de março de 2022.
- CARVALHO, Felipe Rocha de; SCHUTZ, Nathaly Silva Xavier. A Ascensão Angolana: projeção de poder no Atlântico Sul. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**. v.1, n.1, 2019/2. Disponível em <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/CRID/article/view/215> Acessado em 20 de dezembro de 2021.
- CASTELLANO, Igor. Política Externa Regional de Angola: mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 4, n. 7, 2015. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/57106> . Acessado em 20 de janeiro de 2022.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). Regulamento da Conferência das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 2015.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 1996.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa. 2006.
- GINGA, Damião Fernandes Capitão. A Influência do Mar como Elemento da Política Externa Angolana: Uma Diplomacia Naval Angolana. **R. Esc. Guerra Nav.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 526-555. maio/agosto. 2020.
- GINGA, Damião Fernandes Capitão. **Angola e a Complementariedade do Mar: o mar enquanto fator geoestratégico de segurança, defesa e afirmação**. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Portugal, 2014, 512p.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. New York: Palgrave, 2003.
- HODGES, Tony. **Angola: anatomy of an oil state**. Oxford: James Currey, 2004.
- MALAQUIAS, Assis. Angola's Foreign Policy: Pragmatic Recalibrations. **Occasional Paper n. 84**, 2011.

PEGADO, Aida. **Angola como potência regional emergente**. Análise dos factores estratégicos (2002-2012). Tese de Doutorado em Estudos Africanos – Política e Relações Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, 2014, 399p.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Atlântico Sul, África Austral e América do Sul: cooperação e desenvolvimento. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.2, n.4, Jul-Dez. 2013. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/41304>>. Acessado em 10 de dezembro de 2021.

PLÁCIDO, Gustavo. Angola no Golfo da Guiné e Atlântico Sul. **África Defense and Security**, novembro 16, 2016. Disponível em <https://africadefesaeseguranca.wordpress.com/2016/11/16/angola-no-golfo-da-guine-e-atlantico-sul/>. Acessado em 18 de janeiro de 2022.

RIZZI, Kamilla Raquel; BERNARDINO, Luis Manuel Brás. A “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”: uma visão ampliada para a cooperação em defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v.6, n.2, jul/dez 2019. Disponível em <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75171>>. Acessado em 15 de março de 2022.

ROQUE, Paula Cristina. **Angola’s crucial foreign policy drive**. SWP Comments, n.15, German Institute for International and Security Affairs, Berlin, May 2013.

SCHOLVIN, Soren. **South Africa and Secondary Powers: contestation in Sub-Saharan Africa**. South Africa Institute of International Affairs, Occasional Paper 270, September 2017.

VASCO, Rui. Angola: 45 years of diplomacy. **ANGOP**, Luanda, 7 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.angop.ao/en/noticias/politica/angola-45-anos-de-diplomacia/>>. Acessado em 18 janeiro de 2022.

WORLD BANK. Angola. **The World Bank Data**. Disponível em <<https://data.worldbank.org/country/angola>>. Acessado em 20 de janeiro de 2022.

Funções de colaboração exercidas

Nathaly Silva Xavier Schütz:

Conceituação; Metodologia; Validação; Administração do projeto; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição).

Informações fornecidas pela autora de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)